



DECISÃO RECURSO

Nº 001/2022

Referência: RDC ELETRÔNICO nº 004/2022 – CBMPA.

PAE nº: 2021/1302316.

Objeto da licitação: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BLOCO OPERACIONAL E ACOMODAÇÕES DO COMANDO GERAL.

Empresa Solicitante: CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Presidente (a): CAP Clebson **Luiz** Costa da Silva.

Data do Certame: 16 de maio de 2022, 09h30min.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de decisão do presidente ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no artigo 45, §1º da lei 12.462;

2.2. Manifestada sua intenção, a recorrente, CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 19.661.427/0001-69, inseriu suas razões do recurso no Sistema Comprasnet dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado.

2.3. As contrarrazões foram inseridas no sistema pela recorrida, CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 18.409.353/0001-05, dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado.

3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRASNET

A recorrente, CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 19.661.427/0001-69, apresentou sua intenção de recurso via sistema de maneira tempestiva, o qual segue abaixo *ipsis litteris*:

Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de julgamento de proposta.





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

4. DAS RAZÕES DO RECURSO a recorrente, CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 19.661.427/0001-69, apresentou as suas razões para o item 01 do RDC ELETRÔNICO 02/2022 (Reforma e Ampliação do Bloco Operacional e Acomodações do Comando Geral) via sistema tempestivamente, o qual segue, em síntese:

(...) Ora vejam, como exemplo poderemos citar o item 1.4 (Encarregado Geral de Obras com Encargos Complementares). Para este item a Contratante apresentou inicialmente o valor de R\$ 3.234,54. Com base no exposto, apresentaremos a seguir a memória de cálculo para composição de preço unitário deste item, conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 de Cargos e Salários Mínimos praticados no Estado do Pará, Registrada no Ministério do Trabalho em 10/09/2021 sob o nº PA000617/2021, vigente até dia 31/07/2022, podendo a sua autenticidade ser conferida no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

O documento citado, mostra que o piso salarial da Categoria, para Nível I (Encarregado de Obras) é de R\$ 1.901,73.

Valor Mensal: R\$ 1.901,73, ao incidirmos os encargos sociais de MENSALISTA sobre a mão de obra, como por exemplo: 43,00%, teremos um total de encargos de: R\$ 817,74.

Ao efetuarmos a soma, logo obteremos o valor de: R\$ 1.901,73 (Mão de obra mensal) + R\$ 817,74 (Encargos sociais de mensalista) = R\$ 2.719,47. Guardaremos este valor.

Ao lermos atentamente as cláusulas/itens editalícios, mandatário deste processo licitatório, deveremos atentar ao item 9.0 e subitem 9.3.4.3, que diz:

“(…) O critério de julgamento por maior desconto utilizará como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, sendo o desconto estendido aos eventuais termos aditivos. O percentual de desconto apresentado pelos licitantes incidirá linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório, nos termos do caput do Art. 29 e de seu Parágrafo único, previstos no decreto Estadual nº 1974/2018(…)”

Grifamos e Negritamos

Ora Douto Presidente, como podemos observar, o descrito no subitem citado é que o desconto proposto pelos licitantes do certame em epigrafe, deverá incidir, “LINEARMENTE SOBRE TODOS OS ITENS DO ORÇAMENTO”. Logo para o item 1.4 (Encarregado Geral de Obras com Encargos Complementares), que tem valor inicial de R\$ 3.234,54, ao aplicarmos o desconto proposto pela licitante reclamada de 39,00%, o valor a ser apresentado seria o seguinte:

Valor: R\$ 3.234,54 – 39% = R\$ 1.973,07, logo, abaixo do valor estipulado pela Convenção Coletiva de Trabalho, que é de R\$ 2.719,47, como vimos na demonstração realizada acima, sem a inclusão dos encargos complementares.

Como demonstrado o licitante com a proposta melhor colocada neste certame, descumpra itens editalícios, devendo o mesmo ser desclassificado, neste processo (...)

5. DAS CONTRARRAZÕES

A recorrida, CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 18.409.353/0001-05, apresentou as suas contrarrazões para o item 01 do RDC ELETRÔNICO 02/2022 (Reforma e Ampliação do Bloco Operacional e Acomodações do Comando Geral) via sistema tempestivamente, o qual segue, em síntese:

(...) Quanto as alegações da empresa recorrente que a CONSTRUMAZ “descumprira item 9.3.4.3 a qual alega descumprimento editalício pela não aplicação do desconto





linear no item 1.4 encarregado geral”, não tem como prevalecer ao item questionado no recurso. Uma vez que o mesmo trata-se de um valor, que obedece ao estabelecido na convenção trabalhista vigente e nas conformidades da lei, já exposto no próprio recurso da recorrente. Valores estes que não descumprimos, por isso não deve prevalecer as alegações da recorrente.

Para melhor esclarecermos, conforme se evidencia na proposta de preços desta Contrarrazoante no item 1.4 e sua composição dos custos unitários, o valor do mês proposto pela CONSTRUMAZ, para o vencimento de encarregado geral está R\$ 1.901,73 (hum mil novecentos e um reais e setenta e três centavos), portanto, está conforme o estabelecido na convenção coletiva do trabalho 2021/2022 de cargos e salários mínimos praticados no estado do Pará, não podendo ser aplicado neste valor o desconto aplicado nos demais itens, pois estaríamos em desacordo com a lei.

É importante mencionar, que a contratação de que trata o presente procedimento licitatório, é para a entrega “de produto”, e não para o fornecimento de mão de obra. Assim, cabe a cada participante do certame a definição dos meios que serão utilizados para o alcance e a consecução do objeto a ser executado. Uma vez que o processo em referência não está contratando mão de obra com dedicação exclusiva, mas sim serviços que devem ser entregues na forma de produto.

(...) Desta maneira, fica evidente que o percentual de desconto apresentado por nossa empresa, é totalmente exequível e está dentro da média do mercado praticado por todas as empresas.

Quanto a isso, o entendimento de nossos tribunais é no sentido de que, para excepcional desclassificação de uma proposta, deverá ser comprovado que os preços constantes da proposta são simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado. O qual não é o caso de nossa proposta. Ressaltamos o entendimento esposado pelo Tribunal de Contas da União.

32. Para isso era necessário apresentação de cálculos evidenciando de forma objetiva que o preço era inexequível e uma análise quanto a **impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou, pois a questão fundamental nas reside no valor da proposta em si, mas na capacidade de o licitante realizar o que ofertou.**

ACÓRDÃO Nº 1092/2013 TCU -PLENÁRIO.

(grifos e destaques acrescidos)

O que resta por devidamente comprovado, que nossa empresa tem capacidade de arcar com suas obrigações sendo que esta não traz qualquer prejuízo para o órgão contratante.

DO PEDIDO

Ante o exposto, requer que seja COMPLETAMENTE INDEFERIDO o RECURSO IMPETRADO por CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME, em função da inaplicabilidade de suas parcas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou a CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA.-EPP (...)

(...)Ratificamos que somos cientes de nossas obrigações e nos responsabilizamos por todos os atos e valores de nossa proposta apresentada.

Nestes termos,

Pedimos bom Senso, Legalidade e Deferimento.

Itaituba (PA), 07 de junho de 2022

6. DO PEDIDO DO RECORRENTE

(...) Diante do exposto, a CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, pede o deferimento do presente recurso, pois julgamos que há indícios suficientes para a inabilitação da empresa reclamada para o processo licitatório em questão.

Desde já agradecemos a atenção e compreensão.

Belém (PA), 01 de junho de 2022.





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

7. DA ANÁLISE DO RECURSO

Inicialmente cabe registrar que em suas razões a recorrente apresenta PEDIDO que diverge do que consta em sua intenção de recurso. Sua intenção de recorrer está relacionada à fase de julgamento de proposta, já em seu recurso alega motivos suficientes para a inabilitação da recorrida (fase de habilitação). Registrado tal fato, passaremos a analisar as alegações disponíveis.

Em suas razões a recorrente alega que para se atender a convenção coletiva da categoria, a recorrida deveria ter apresentado na composição unitária para o item ENCARREGADO DE OBRA o custo mensal no montante de no mínimo R\$ 2.669,26 (sem BDI). Já a recorrida atesta em suas contrarrazões que obedece ao custo de mão de obra previsto na convenção trabalhista, uma vez que registrou vencimentos para o encarregado em sua proposta no valor do piso da categoria que é de R\$ 1.901,73.

Devido a isto, a recorrente CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA alega que a recorrida CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA descumpre o item 9.3.4.3 (vide razões). No cálculo apresentado, a recorrente utiliza a título de exemplo o percentual de encargos de 43%, o que não fora utilizado pela recorrida. Para que tal cálculo fique ajustado a proposta da recorrida, empregaremos o percentual de encargos presente em sua proposta que foi de 40,36%, conforme a seguir:

- Piso salarial da Categoria, para Nível I (Encarregado de Obras): R\$ 1.901,73;
- Encargos para item recorrida: 40,36% (R\$ 767,53);

Desta forma temos: $R\$ 1.901,73 + R\$ 767,53 = R\$ 2.669,26$. Tal valor correspondente a custo com mão de obra mensal + encargos de acordo como o apresentado pela recorrente.

Na composição unitária apresentada pela recorrida, observa-se que, apesar de estar registrado (para o item Encarregado geral de obra) o percentual de encargos no montante de 40,36%, fora computado apenas 5,1045%, ou seja, o equivalente a R\$ 97,07, que somado ao salário base de 1.901,73 chegamos ao custo total de R\$ 1.998,80 para o item acima descrito, valor abaixo do que preconiza a convenção coletiva de trabalho, que seria de R\$ 2.669,26 (salário + encargos da recorrida).

Este presidente, conforme preconiza o edital, solicitou parecer técnico do setor de obras da corporação de forma a basear sua decisão. Na ocasião foram enviadas as razões e contrarrazões desta fase recursal, no qual tal setor proferiu o seguinte parecer, em síntese:

No item 1.4 e composição de custo unitário código 93572 (SINAPI) - ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (mensalista), a aplicação da porcentagem do desconto apresentado na proposta mais





vantajosa resulta em valor menor do que a legislação vigente (...) foi verificado valor abaixo do estipulado pela Convenção Coletiva de Trabalho.

Destarte, considerando a necessidade de contratação dos serviços em questão e, em ato contínuo da análise da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, elenca-se o seguinte:

A) Considerando o vício existente na planilha de preços e CPU da empresa Construmaz, foi verificado por este setor técnico que (...) caso a licitante possua em seu quadro técnico profissionais contratados, comprovando por meio de contrato de trabalho ou carteira profissional de trabalho assinada, fato este, que resultaria em minimização do impacto dos encargos relativo à contratação dos serviços necessários pelo licitador, valor assegurado e afirmado como exequível pela licitante em suas contrarrazões, dessa maneira, afirmando a abserção dos custos oriundos da proposta e conferindo maior exequibilidade.

B) (...) caso a licitante assegure que cumpre com as obrigações trabalhistas, como pagamento de piso salarial estipulado por acordo coletivo de trabalho e pagamento de encargos sociais estipulados pelo ordenamento jurídico vigente, comprovando por meio de apresentação de certidões negativas trabalhistas e contracheque dos trabalhadores contendo toda a confirmação das exigências normativas, pode ser conferido maior exequibilidade à proposta.

C) Considerando a supremacia do interesse público, prelúdio basilar do direito administrativo, e os princípios da economicidade e eficiência, conforme Art. 70 e Art. 37 da Constituição Federal, respectivamente, o impacto do custo dos encargos em relação ao lucro e ao valor total dos serviços, é irrisório, além disso, após cálculo da porcentagem de desconto em relação ao valor orçado por este setor técnico, foi verificado que para que seja atendido o piso salarial mencionado, conforme planilha de valores de referência utilizada, o maior desconto deveria ser de no máximo aproximadamente 17%, e considerando a lista de propostas para o certame, somente a partir da proposta classificada como 12ª colocada haveria o atendimento do desconto linear em todos os itens, resultando em um acréscimo de R\$394.760,107 no valor da proposta, dessa maneira, ocasionando maiores custos ao erário público para a execução dos mesmos serviços, indo de encontro aos princípios da Administração Públicas citados anteriormente.

D) Considerando os itens 78.4, 79 e 86 do projeto básico do presente certame, os custos dos encargos e obrigações de ordem trabalhista não podem ser transferidos ao licitador, dessa maneira, atendidos os itens acima, admitindo-se o impacto dos encargos por parte da licitante, corrobora-se o entendimento e é conferido maior exequibilidade à proposta.

(...) Após análise da proposta mais vantajosa para a administração pública, COM TODOS OS DOCUMENTOS APENSADOS, foi verificado por este oficial itens constantes na planilha apresentada estando em desacordo com o ordenamento jurídico vigente no que tange ao pagamento de encargos sociais e do piso salarial estipulado em convenção coletiva de trabalho, devendo ser ajustada para o devido andamento processual. Outrossim, ressalto que os apontamentos no presente despacho têm por finalidade conferir subsídios adicionais para a tomada de decisão por parte do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, e que tal entendimento não é vinculativo, entretanto, com base nos argumentos técnicos é possível tomar a decisão definitiva acerca do acolhimento ou não do recurso. Belém - PA, 10 de junho de 2022.

Ante o exposto, conforme leciona Marçal Justen Filho: “a licitação não é um fim em si mesmo, mas um instrumento apropriado para o atingimento de certas finalidades” (interesse público), vem sendo disseminada, em sede doutrinária e jurisprudencial, a ideia do formalismo moderado, que significa evitar o rigor excessivo para vícios sanáveis que não gerem lesão a



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

direito ou prejuízo à Administração e que atendam sua finalidade inicial, ainda que de forma transversa. Assim é que os tribunais pátrios vêm orientando os administradores a evitar, no julgamento das propostas, a desclassificação daquelas que contenham defeitos sanáveis, como forma de prestigiar os princípios da supremacia do interesse público, economicidade e eficiência, em detrimento ao apego exacerbado às formas e aplicação irrestrita do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Nessa linha, entre outros acórdãos, sinaliza o TCU que erros ou omissões no preenchimento de planilhas de custos não devem ensejar, por si só, a desclassificação do licitante, sendo possível a correção das inconsistências (no caso aplicação correta dos encargos), desde que mantido o valor global proposto e que este (valor) seja suficiente para arcar com todos os custos da contratação (exequibilidade):

Acórdão TCU 898/2019: “Erros no preenchimento da planilha de preços unitários não são motivos para a desclassificação de licitante, quando a planilha puder ser ajustada sem majoração do preço global ofertado.” “A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de preços de licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto.”

Em face do exposto, embora a regra legal seja a desclassificação de propostas que contenham falhas na cotação encargos incidentes no objeto do certame, deve-se reconhecer que a doutrina e jurisprudência defendem a possibilidade de correção de equívocos na planilha de custo, visto seu caráter instrumental, desde que tal retificação não acarrete a majoração do valor global proposto e que este (valor) seja suficiente para arcar com todos os custos da contratação (exequibilidade).

Assim, em razão da tese do formalismo moderado, cabe à Administração, quando do julgamento da licitação e diante de falhas como as apresentadas, realizar as devidas diligências, com escopo no que prevê o art. 43, §3º, da Lei 8.666, a fim de oportunizar ao licitante a correção de sua planilha, se possível, para evitar a sua desclassificação, privilegiando a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, em prestígio ao princípio da economicidade.

Este presidente atesta ainda que a proposta da recorrida é composta por 204 (duzentos e quatro) itens, nos quais todos eles apresentam suas composições unitárias. Registra-se que em apenas 1 (um) item fora aplicado desconto linear o qual o tornou em valor a menor do que estabelece a Convenção coletiva de Trabalho (item Encarregado Geral de





Obras). É conferível desta forma, o fato que a proposta da recorrida deixa de atender apenas 1 (um) item dos 204 (duzentos e quatro) do qual é composta, ou seja, a mesma cumpre desconto linear em 99,44% dos itens estimados pela corporação para execução do objeto licitado de forma cabível. Sendo assim, com base na jurisprudência anteriormente citadas, deve ser proposto a recorrida a correção de sua proposta, para que seja cumprido o que preconiza a convenção coletiva de trabalho para a categoria, conforme parecer do setor técnico, evitando desta forma um prejuízo a administração de R\$394.760,107, conforme anteriormente demonstrado.

8. CONCLUSÃO

8.1. Diante do exposto **RECONHEÇO PARCIALMENTE AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO**, para o mérito, **DANDO-LHE PROVIMENTO PARCIAL**, decidindo por não acatar o pedido da recorrente quanto a desclassificação e/ou inabilitação da recorrida, sem ver motivo para tal, contudo decidindo por oportunizar a correção da proposta da recorrida Construmaz Construtora LTDA, com base no formalismo moderado, uma vez que apresenta erro sanável na composição do salário/encargos para o item 1.4 da planilha de custos (Encarregado Geral de Obras).

8.2. Nos termos do art. 39, § 2º do decreto estadual nº 1.979/2020 encaminho os autos à autoridade superior a quem competirá decidir os recursos contra os atos deste presidente, quando este mantiver sua decisão;

8.3. É a decisão.

Belém-Pará, 20 de junho de 2022.

Clebson **Luiz** Costa da Silva – CAP QOBM
Presidente do RDC nº 04/2022 - CBMPA



recurso da recorrente. Valores estes que não descumprimos, por isso não deve prevalecer as alegações da recorrente. Para melhor esclarecermos, conforme se evidencia na proposta de preços desta Contrarrazoante no item 1.4 e sua composição dos custos unitários, o valor do mês proposto pela CONSTRUMAZ, para o vencimento de encarregado geral está R\$ 1.901,73 (hum mil novecentos e um reais e setenta e tres centavos), portanto, está conforme o estabelecido na convenção coletiva do trabalho 2021/2022 de cargos e salários mínimos praticados no estado do Pará, não podendo ser aplicado neste valor o desconto aplicado nos demais itens, pois estaríamos em desacordo com a lei. Salientamos ainda, que os descontos aplicados em todos os itens de nossa proposta orçamentária, inclusive o item acima citado são praticados composição por composição para não descumprir o estabelecido em lei. É importante mencionar, que a contratação de que trata o presente procedimento licitatório, é para a entrega "de produto", e não para o fornecimento de mão de obra. Assim, cabe a cada participante do certame a definição dos meios que serão utilizados para o alcance e a consecução do objeto a ser executado. Uma vez que o processo em referência não está contratando mão de obra com dedicação exclusiva, mas sim serviços que devem ser entregue na forma de produto. Por esta simples razão, não há forma legal do recurso impetrado pela empresa recorrente, o que afrontaria o princípio da vinculação e a economicidade resguardada na lei e no subitem 9.3.4 do edital. Fato este, que se baseou a administração pública quando Habilitou e reconheceu nossa proposta como a mais vantajosa neste certame. Desta maneira, fica evidente que o percentual de desconto apresentado por nossa empresa, é totalmente exequível e está dentro da média do mercado praticado por todas as empresas. Quanto a isso, o entendimento de nossos tribunais é no sentido de que, para excepcional desclassificação de uma proposta, deverá ser comprovado que os preços constantes da proposta são simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado. O qual não é o caso de nossa proposta. Ressaltamos o entendimento esposado pelo Tribunal de Contas da União. 32. Para isso era necessário apresentação de cálculos evidenciando de forma objetiva que o preço era inexequível e uma análise quanto a impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou, pois a questão fundamental nas reside no valor da proposta em si, mas na capacidade de o licitante realizar o que ofertou. ACÓRDÃO Nº 1092/2013 TCU -PLENÁRIO. (grifos e destaques acrescidos) O que resta por devidamente comprovado, que nossa empresa tem capacidade de arcar com suas obrigações sendo que esta não traz qualquer prejuízo para o órgão contratante. DO PEDIDO Ante o exposto, requer que seja COMPLETAMENTE INDEFERIDO o RECURSO IMPETRADO por CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME, em função da inaplicabilidade de suas parcas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou a CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA.-EPP, vencedora do certame, dando prosseguimento as demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Ratificamos que somos cientes de nossas obrigações e nos responsabilizamos por todos os atos e valores de nossa proposta apresentada. Nestes Termos, Pedimos bom Senso, Legalidade e Deferimento. Itaituba (PA), 07 de junho de 2022 CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA.-EPP CNPJ 18.409.353/0001-05 MARCELLO PINTO BEZERRA CPF Nº 399.496.802-04 PROCURADOR ATO Nº122

Decisão do Recurso

Decisão do Presidente da Comissão de Licitação: Não Procede

CPF do Presidente: 89264304215

Data/Hora: 20/06/2022 20:38

Fundamentação do Presidente da Comissão de Licitação: DECISÃO RECURSO Nº 001/2022 Referência: RDC ELETRÔNICO nº 004/2022 – CBMPA. PAE nº: 2021/1302316. Objeto da licitação: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BLOCO OPERACIONAL E ACOMODAÇÕES DO COMANDO GERAL. Empresa Solicitante: CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. Presidente (a): CAP Clebson Luiz Costa da Silva. Data do Certame: 16 de maio de 2022, 09h30min. 1. INTRODUÇÃO 1.1. Trata-se de decisão do presidente ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado. 2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE 2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no artigo 45, §1º da lei 12.462; 2.2. Manifestada sua intenção, a recorrente, CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 19.661.427/0001-69, inseriu suas razões do recurso no Sistema Comprasnet dentro do prazo estabelecido, conforme preceitua as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado. 2.3. As contrarrazões foram inseridas no sistema pela recorrida, CONSTRUMAZ CONS- TRUTORA LTDA, CNPJ: 18.409.353/0001-05, dentro do prazo estabelecido, conforme pre- ceitua as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado. 3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRASNET A recorrente, CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 19.661.427/0001-69, apresentou sua intenção de recurso via sistema de maneira tempestiva, o qual segue abaixoipsis litteris: Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de julgamento de proposta. 4. DAS RAZÕES DO RECURSO a recorrente, CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 19.661.427/0001-69, apresentou as suas razões para o item 01 do RDC ELETRÔNICO 02/2022 (Reforma e

Ampliação do Bloco Operacional e Acomodações do Comando Geral) via sistema tempestivamente, o qual segue, em síntese: (...) Ora vejamos, como exemplo poderemos citar o item 1.4 (Encarregado Geral de Obras com Encargos Complementares). Para este item a Contratante apresentou inicialmente o valor de R\$ 3.234,54. Com base no exposto, apresentaremos a seguir a memória de cálculo para composição de preço unitário deste item, conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 de Cargos e Salários Mínimos praticados no Estado do Pará, Registrada no Ministério do Trabalho em 10/09/2021 sob o nº PA000617/2021, vigente até dia 31/07/2022, podendo a sua autenticidade ser conferida no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>. O documento citado, mostra que o piso salarial da Categoria, para Nível I (Encarregado de Obras) é de R\$ 1.901,73. Valor Mensal: R\$ 1.901,73, ao incidirmos os encargos sociais de MENSALISTA sobre a mão de obra, como por exemplo: 43,00%, teremos um total de encargos de: R\$ 817,74. Ao efetuarmos a soma, logo obteremos o valor de: R\$ 1.901,73 (Mão de obra mensal) + R\$ 817,74 (Encargos sociais de mensalista) = R\$ 2.719,47. Guardaremos este valor. Ao lermos atentamente as cláusulas/itens editalícios, mandatário deste processo licitatório, deveremos atentar ao item 9.0 e subitem 9.3.4.3, que diz: "(...) O critério de julgamento por maior desconto utilizará como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, sendo o desconto estendido aos eventuais termos aditivos. O percentual de desconto apresentado pelos licitantes incidirá linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório, nos termos do caput do Art. 29 e de seu Parágrafo único, previstos no decreto Estadual nº 1974/2018(...)" Grifamos e Negritamos Ora Douto Presidente, como podemos observar, o descrito no subitem citado é que o desconto proposto pelos licitantes do certame em epigrafe, deverá incidir, "LINEARMENTE SOBRE TODOS OS ITENS DO ORÇAMENTO". Logo para o item 1.4 (Encarregado Geral de Obras com Encargos Complementares), que tem valor inicial de R\$ 3.234,54, ao aplicarmos o desconto proposto pela licitante reclamada de 39,00%, o valor a ser apresentado seria o seguinte: Valor: R\$ 3.234,54 – 39% = R\$ 1.973,07, logo, abaixo do valor estipulado pela Convenção Coletiva de Trabalho, que é de R\$ 2.719,47, como vimos na demonstração realizada acima, sem a inclusão dos encargos complementares. Como demonstrado o licitante com a proposta melhor colocada neste certame, descumpe itens editalícios, devendo o mesmo ser desclassificado, neste processo (...) 5. DAS CONTRARRAÇÕES A recorrida, CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 18.409.353/0001-05, apresentou as suas contrarrrazões para o item 01 do RDC ELETRÔNICO 02/2022 (Reforma e Ampliação do Bloco Operacional e Acomodações do Comando Geral) via sistema tempestivamente, o qual segue, em síntese: (...) Quanto as alegações da empresa recorrente que a CONSTRUMAZ "descumprira item 9.3.4.3 a qual alega descumprimento editalício pela não aplicação do desconto linear no item 1.4 encarregado geral", não tem como prevalecer ao item questionado no recurso. Uma vez que o mesmo trata-se de um valor, que obedece ao estabelecido na convenção trabalhista vigente e nas conformidades da lei, já exposto no próprio recurso da recorrente. Valores estes que não descumprimos, por isso não deve prevalecer as alegações da recorrente. Para melhor esclarecermos, conforme se evidencia na proposta de preços desta Contrarrazoante no item 1.4 e sua composição dos custos unitários, o valor do mês proposto pela CONSTRUMAZ, para o vencimento de encarregado geral está R\$ 1.901,73 (hum mil novecentos e um reais e setenta e tres centavos), portanto, está conforme o estabelecido na convenção coletiva do trabalho 2021/2022 de cargos e salários mínimos praticados no estado do Pará, não podendo ser aplicado neste valor o desconto aplicado nos demais itens, pois estaríamos em desacordo com a lei. É importante mencionar, que a contratação de que trata o presente procedimento licitatório, é para a entrega "de produto", e não para o fornecimento de mão de obra. Assim, cabe a cada participante do certame a definição dos meios que serão utilizados para o alcance e a consecução do objeto a ser executado. Uma vez que o processo em referencia não está contratando mão de obra com dedicação exclusiva, mas sim serviços que devem ser entregue na forma de produto. (...) Desta maneira, fica evidente que o percentual de desconto apresentado por nossa empresa, é totalmente exequível e está dentro da média do mercado praticado por todas as empresas. Quanto a isso, o entendimento de nossos tribunais é no sentido de que, para excepcional desclassificação de uma proposta, deverá ser comprovado que os preços constantes da proposta são simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado. O qual não é o caso de nossa proposta. Ressaltamos o entendimento esposado pelo Tribunal de Contas da União. 32. Para isso era necessário apresentação de cálculos evidenciando de forma objetiva que o preço era inexecutável e uma análise quanto a impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou, pois a questão fundamental nas reside no valor da proposta em si, mas na capacidade de o licitante realizar o que ofertou. ACÓRDÃO Nº 1092/2013 TCU -PLENÁRIO. (grifos e destaques acrescidos) O que resta por devidamente comprovado, que nossa empresa tem capacidade de arcar com suas obrigações sendo que esta não traz qualquer prejuízo para o órgão contratante. DO PEDIDO Ante o exposto, requer que seja COMPLETAMENTE INDEFERIDO o RECURSO IMPETRADO por CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME, em função da inaplicabilidade de suas parcas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou a CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA.-EPP (...) (...)Ratificamos que somos cientes de nossas obrigações e nos responsabilizamos por todos os atos e valores de nossa proposta apresentada. Nestes termos, Pedimos bom Senso, Legalidade e Deferimento. Itaituba (PA), 07 de junho de 2022 6. DO PEDIDO DO RECORRENTE (...) Diante do exposto, a CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, pede o deferimento do presente recurso, pois julgamos que há indícios suficientes para a inabilitação da empresa reclamada para o processo licitatório em questão. Desde já agradecemos a atenção e compreensão. Belém (PA), 01 de junho de 2022. 7. DA ANÁLISE DO RECURSO Inicialmente cabe registrar que em suas razões a recorrente apresenta PEDIDO que diverge do que consta em sua intenção de recurso. Sua intenção de recorrer está relacionada à fase de julgamento de proposta, já em seu recurso alega motivos suficientes para a inabilitação da recorrida (fase de habilitação). Registrado tal fato,

passaremos a analisar as alegações disponíveis. Em suas razões a recorrente alega que para se atender a convenção coletiva da categoria, a recorrida deveria ter apresentado na composição unitária para o item ENCARREGADO DE OBRA o custo mensal no montante de no mínimo R\$ 2.669,26 (sem BDI). Já a recorrida atesta em suas contrarrazões que obedece ao custo de mão de obra previsto na convenção trabalhista, uma vez que registrou vencimentos para o encarregado em sua proposta no valor do piso da categoria que é de R\$ 1.901,73. Devido a isto, a recorrente CORTÉS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA alega que a recorrida CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA descumpra o item 9.3.4.3 (vide razões). No cálculo apresentado, a recorrente utiliza a título de exemplo o percentual de encargos de 43%, o que não fora utilizado pela recorrida. Para que tal cálculo fique ajustado a proposta da recorrida, empregaremos o percentual de encargos presente em sua proposta que foi de 40,36%, conforme a seguir: - Piso salarial da Categoria, para Nível I (Encarregado de Obras): R\$ 1.901,73; - Encargos para item recorrida: 40,36% (R\$ 767,53); Desta forma temos: R\$ 1.901,73 + R\$ 767,53 = R\$ 2.669,26. Tal valor correspondente a custo com mão de obra mensal + encargos de acordo como o apresentado pela recorrente. Na composição unitária apresentada pela recorrida, observa-se que, apesar de estar registrado (para o item Encarregado geral de obra) o percentual de encargos no montante de 40,36%, fora computado apenas 5,1045%, ou seja, o equivalente a R\$ 97,07, que somado ao salário base de 1.901,73 chegamos ao custo total de R\$ 1998,80 para o item acima descrito, valor abaixo do que preconiza a convenção coletiva de trabalho, que seria de R\$ 2.669,26 (salário + encargos da recorrida). Este presidente, conforme preconiza o edital, solicitou parecer técnico do setor de obras da corporação de forma a basear sua decisão. Na ocasião foram enviadas as razões e contrarrazões desta fase recursal, no qual tal setor proferiu o seguinte parecer, em síntese: No item 1.4 e composição de custo unitário código 93572 (SINAPI) - ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (mensalista), a aplicação da porcentagem do desconto apresentado na proposta mais vantajosa resulta em valor menor do que a legislação vigente (...) foi verificado valor abaixo do estipulado pela Convenção Coletiva de Trabalho. Destarte, considerando a necessidade de contratação dos serviços em questão e, em ato contínuo da análise da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, elenca-se o seguinte: A) Considerando o vício existente na planilha de preços e CPU da empresa Construmaz, foi verificado por este setor técnico que (...) caso a licitante possua em seu quadro técnico profissionais contratados, comprovando por meio de contrato de trabalho ou carteira profissional de trabalho assinada, fato este, que resultaria em minimização do impacto dos encargos relativo à contratação dos serviços necessários pelo licitador, valor assegurado e afirmado como exequível pela licitante em suas contrarrazões, dessa maneira, afirmando a absterção dos custos oriundos da proposta e conferindo maior exequibilidade. B) (...) caso a licitante assegure que cumpre com as obrigações trabalhistas, como pagamento de piso salarial estipulado por acordo coletivo de trabalho e pagamento de encargos sociais estipulados pelo ordenamento jurídico vigente, comprovando por meio de apresentação de certidões negativas trabalhistas e contracheque dos trabalhadores contendo toda a confirmação das exigências normativas, pode ser conferido maior exequibilidade à proposta. C) Considerando a supremacia do interesse público, prelúdio basilar do direito administrativo, e os princípios da economicidade e eficiência, conforme Art. 70 e Art. 37 da Constituição Federal, respectivamente, o impacto do custo dos encargos em relação ao lucro e ao valor total dos serviços, é irrisório, além disso, após cálculo da porcentagem de desconto em relação ao valor orçado por este setor técnico, foi verificado que para que seja atendido o piso salarial mencionado, conforme planilha de valores de referência utilizada, o maior desconto deveria ser de no máximo aproximadamente 17%, e considerando a lista de propostas para o certame, somente a partir da proposta classificada como 12º colocada haveria o atendimento do desconto linear em todos os itens, resultando em um acréscimo de R\$394.760,107 no valor da proposta, dessa maneira, ocasionando maiores custos ao erário público para a execução dos mesmos serviços, indo de encontro aos princípios da Administração Públicas citados anteriormente. D) Considerando os itens 78.4, 79 e 86 do projeto básico do presente certame, os custos dos encargos e obrigações de ordem trabalhista não podem ser transferidos ao licitador, dessa maneira, atendidos os itens acima, admitindo-se o impactos dos encargos por parte da licitante, corrobora-se o entendimento e é conferido maior exequibilidade à proposta. (...) Após análise da proposta mais vantajosa para a administração pública, COM TODOS OS DOCUMENTOS APENSADOS, foi verificado por este oficial itens constantes na planilha apresentada estando em desacordo com o ordenamento jurídico vigente no que tange ao pagamento de encargos sociais e do piso salarial estipulado em convenção coletiva de trabalho, devendo ser ajustada para o devido andamento processual. Outrossim, ressalto que os apontamentos no presente despacho têm por finalidade conferir subsídios adicionais para a tomada de decisão por parte do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, e que tal entendimento não é vinculativo, entretanto, com base nos argumentos técnicos é possível tomar a decisão definitiva acerca do acolhimento ou não do recurso. Belém - PA, 10 de junho de 2022. Ante o exposto, conforme leciona Marçal Justen Filho: "a licitação não é um fim em si mesmo, mas um instrumento apropriado para o atingimento de certas finalidades" (interesse público), vem sendo disseminada, em sede doutrinária e jurisprudencial, a ideia do formalismo moderado, que significa evitar o rigor excessivo para vícios sanáveis que não gerem lesão a direito ou prejuízo à Administração e que atendam sua finalidade inicial, ainda que de forma transversa. Assim é que os tribunais pátrios vêm orientando os administradores a evitar, no julgamento das propostas, a desclassificação daquelas que contenham defeitos sanáveis, como forma de prestigiar os princípios da supremacia do interesse público, economicidade e eficiência, em detrimento ao apego exacerbado às formas e aplicação irrestrita do princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Nessa linha, entre outros acórdãos, sinaliza o TCU que erros ou omissões no preenchimento de planilhas de custos não devem ensejar, por si só, a desclassificação do licitante, sendo possível a correção das inconsistências (no caso aplicação correta dos encargos), desde que mantido o valor global proposto e que este (valor) seja suficiente para arcar com todos os

custos da contratação (exequibilidade): Acórdão TCU 898/2019: "Erros no preenchimento da planilha de preços unitários não são motivos para a desclassificação de licitante, quando a planilha puder ser ajustada sem majoração do preço global ofertado." "A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de preços de licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto." Em face do exposto, embora a regra legal seja a desclassificação de propostas que contenham falhas na cotação encargos incidentes no objeto do certame, deve-se reconhecer que a doutrina e jurisprudência defendem a possibilidade de correção de equívocos na planilha de custo, visto seu caráter instrumental, desde que tal retificação não acarrete a majoração do valor global proposto e que este (valor) seja suficiente para arcar com todos os custos da contratação (exequibilidade). Assim, em razão da tese do formalismo moderado, cabe à Administração, quando do julgamento da licitação e diante de falhas como as apresentadas, realizar as devidas diligências, com escopo no que prevê o art. 43, §3º, da Lei 8.666, a fim de oportunizar ao licitante a correção de sua planilha, se possível, para evitar a sua desclassificação, privilegiando a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, em prestígio ao princípio da economicidade. Este presidente atesta ainda que a proposta da recorrida é composta por 204 (duzentos e quatro) itens, nos quais todos eles apresentam suas composições unitárias. Registra-se que em apenas 1 (um) item fora aplicado desconto linear o qual o tornou em valor a menor do que estabelece a Convenção coletiva de Trabalho (item Encarregado Geral de Obras). É conferível desta forma, o fato que a proposta da recorrida deixa de atender apenas 1 (um) item dos 204 (duzentos e quatro) do qual é composta, ou seja, a mesma cumpre desconto linear em 99,44% dos itens estimados pela corporação para execução do objeto licitado de forma cabível. Sendo assim, com base na jurisprudência anteriormente citadas, deve ser proposto a recorrida a correção de sua proposta, para que seja cumprido o que preconiza a convenção coletiva de trabalho para a categoria, conforme parecer do setor técnico, evitando desta forma um prejuízo a administração de R\$394.760,107, conforme anteriormente demonstrado. 8. CONCLUSÃO 8.1. Diante do exposto RECONHEÇO PARCIALMENTE AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, DANDO-LHE PROVIMENTO PARCIAL, decidindo por não acatar o pedido da recorrente quanto a desclassificação e/ou inabilitação da recorrida, sem ver motivo para tal, contudo decidindo por oportunizar a correção da proposta da recorrida Construmaz Construtora LTDA, com base no formalismo moderado, uma vez que apresenta erro sanável na composição do salário/encargos para o item 1.4 da planilha de custos (Encarregado Geral de Obras). 8.2. Nos termos do art. 39, § 2º do decreto estadual nº 1.979/2020 encaminho os autos à autoridade superior a quem competirá decidir os recursos contra os atos deste presidente, quando este mantiver sua decisão; 8.3. É a decisão. Belém-Pará, 20 de junho de 2022. Clebson Luiz Costa da Silva – CAP QOBM Presidente do RDC nº 04/2022 - CBMPA

Decisão da Autoridade Competente: Procede

CPF da Autoridade Competente: 26470772234

Data/Hora: 22/06/2022 11:30

Fundamentação da Autoridade Competente: RDC ELETRÔNICO 04/2022 DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE Após análise da decisão do presidente, o Cap QOBM Clebson Luiz Costa da Silva, referente ao recurso impetrado ao resultado do RDC Eletrônico nº 04/2022-CBMPA, cujo objeto é REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BLOCO OPERACIONAL E ACOMODAÇÕES DO COMANDO GERAL, inicialmente cabe citar os atos até aqui consignados: A fase externa do processo teve início em 16/05/2022 e, neste ato, o processo licitatório contava com as peças e condições requeridas para tal; não houve registro de impugnações, porém houve um pedido de esclarecimento, consignados nos autos e em campo próprio no sistema comprasnet; Processada a fase de lances, de julgamento de propostas e de habilitação, foi manifestada intenção de recorrer pela empresa CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 19.661.427/0001-69, ao resultado proferido pelo presidente responsável em 25/05/2022 quando da aceitação da proposta da empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 18.409.453/0001-05 para o item 1 do certame supramencionado; Analisando o caso, a recorrente alega em suas razões que a recorrida Construmaz Construtora LTDA ao incidir o desconto linear de 39% no item 1.4 da planilha orçamentária (Encarregado Geral de Obras), teria descumprido exigência editalícia que consta no subitem, a saber: "(...) O critério de julgamento por maior desconto utilizará como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, sendo o desconto estendido aos eventuais termos aditivos. O percentual de desconto apresentado pelos licitantes incidirá linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório, nos termos do caput do Art. 29 e de seu Parágrafo único, previstos no decreto Estadual nº 1974/2018(...)" A alegação da recorrente de que a recorrida não cumpre desconto linear em todos os itens não deve prosperar, uma vez que foi incidido o desconto linear igualmente em todos os itens 204 itens da planilha de CPU (Composição de Preço Unitário). O que a recorrida apresentou foi a evidência do não cumprimento dos custos da mão de obra com encargos para o item 1.4 Encarregado Geral de Obras. O presidente do certame evidenciou que a recorrida utiliza o salário base correto da categoria em sua composição de preço unitário, que é de 1901,73. A recorrida, apesar de demonstrar a incidência de encargos sociais no montante de 40,36% em sua CPU, incidiu apenas 5,1045%. O setor técnico da corporação atesta que a aplicação da porcentagem (5,1045%) resulta em valor menor do que o estipulado pela legislação vigente, vejamos: - Cálculo 1: incidência de 40,36% de encargos sobre salário base para o item